



Poder Judiciário

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Diário de Justiça Eletrônico Nacional de 11/09/2026

Certidão de publicação 2697

Intimação

Número do processo: 0000239-89.2019.5.06.0181

Classe: Ação TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO

Tribunal: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Órgão: 1ª Vara do Trabalho de Igarassu

Tipo de documento: Notificação

Disponibilizado em: 11/09/2026

Inteiro teor: [Clique aqui](#)

Destinatários(as): CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A - CEPASA -
EM RECUPERACAO JUDICIAL
CIMENTOS DO BRASIL S/A CIBRASA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ITAPESSOCA AGRO INDUSTRIAL SA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
BRENO VANDERLEY DE PAULA LOPES
ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S A - EM RECUPERACAO
JUDICIAL
ITAPUI BARBALHENSE INDUSTRIA DE CIMENTOS S/A -
EM RECUPERACAO JUDICIAL
CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
SOCIEDADE DE TAXI AEREO WESTON LTDA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S A - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ITAPETINGA AGRO INDUSTRIAL SA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
CLOVIS CORREIA DA SILVA
ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S/A - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ITAPICURU AGRO INDUSTRIAL SA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ITAPISSUMA S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Advogado(as): TELLES SANTOS JERONIMO - OAB RN - 6617

RICARDO RABELLO VARJAL CARNEIRO LEAO - OAB
PE - 44835

ARNALDO ALEXANDRE DE SOUZA - OAB PE - 34947

LUZICLENE MARIA MORAES MUNIZ - OAB PE - 17054

EDUARDO DOS SANTOS PUGLIESI - OAB PE - 31644

RENATA ALBUQUERQUE DUARTE E SILVA - OAB PE -
47773

AMANDA REBELO BARRETO - OAB PA - 23343

ADRIANO JOSE GOMES DA SILVA - OAB PE - 16944

Teor da Comunicação

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO 1ª V
ARA DO TRABALHO DE IGARASSU ATOrd 0000239-89.2019.5.06.0181 RECLAMANTE: CLOVIS CORREIA D
A SILVA RECLAMADO: CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A - CEPASA - EM RECUPERACAO JUDI
CIAL E OUTROS (11) EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DIRETA com AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

(EXCLUSIVAMENTE ON LINE) O(A) Exmo(a). SOHAD MARIA DUTRA CAHU Juiz(a) da
1ª VARA DO TRABALHO DE IGARASSU/PE, nos termos do artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil, be
m como das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), torna público que será realizada ALIENAÇÃO JUDICIA
L DIRETA ONLINE do (s) bem (ns) penhorado (s) nos autos do processo em epígrafe, por intermédio do(a) Leiloeiro(a)
) Oficial DANIEL CINTRA ZANELLA, credenciado(a) junto a este Regional Trabalhista, por meio do site <https://leilaopernambuco.com.br/> Conforme § 1º, do art. 880, do CPC: “O juiz fixará o prazo em que a alienação deve ser efetivada
, a forma de publicidade, o preço mínimo, as condições de pagamento, as garantias e a comissão...”, o que se faz media
nte as seguintes DIRETRIZES: 1. OBJETO (S) DA ALIENAÇÃO: Prédio comercial denominado EDIFÍCIO NASSAU
, situado na Avenida Marques de Olinda, nº 11 (onze), anteriormente com frente para a Av. Alfredo Lisboa, nº 427, no
bairro do Recife, freguesia do Recife, nesta cidade, assim caracterizado: Pavimento térreo: composto de uma caixa forte
, uma sala para “caixas”, uma sala para clientes, um salão para público, dois fossos para elevadores, um WC masculino,
um WC feminino, uma sala para subestação eletricidade, duas escadas; Pavimento 2º e 3º: um salão, um terraço, um W
C masculino, um WC feminino, uma sala para central de ar condicionado, dois fossos para elevadores, duas escadas; Pa
vimentos tipo (1º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º): um salão, um WC masculino, um WC feminino, uma sala para central de ar condic
ionado, dois fossos para elevadores, duas escadas; Pavimento 9º: um terraço, um auditório, uma sala para reuniões, uma
sala de estar, uma sala para telex/rádio/telefonista, um refeitório, uma cozinha, uma sala para central telefônica, uma W
C masculino, um WC feminino, dois fossos para elevadores, duas escadas. Coberta: dois depósitos, duas casas de máqu
inas dos elevadores, uma caixa d’água, edificado dito prédio em terreno de marinha (direitos de ocupação), que mede 1
8,60m de frente, 16,40m de fundos, 27,90m do lado direito e 24,50m do lado esquerdo, com área total de 495,00m², con
frontando-se o prédio pela frente com a avenida Marquês de Olinda, pelos fundos com a Rua Vigário Tenório, pelo lado
direito com a Avenida Alfredo Lisboa, pelo lado esquerdo com o prédio nº 35, da Avenida Marques de Olinda. Tudo co
nforme CERTIDÃO 1º CARTÓRIO DE IMÓVEIS DE RECIFE/PE, MATRÍCULA 69.352, FICHA 001. Obs.: O terre
no é indicado como terreno de marinha, com direitos de ocupação. Os três documentos que integram o auto de penhora s
ão identificados nos autos pelos Ids. f4082ff, 359d642 e 8881979. O imóvel possui os seguintes ônus, conforme docum
entação registral juntada aos autos e demais informações referentes aos gravames do imóvel (Ids. be16da8, a4c280b, a0
6a9fe): Registros e Penhoras: R.2 – Penhora – Proc. 0000158-65.2015.4.05.8306 (25ª VF Goiana/SJPE) R.3 – Penhora
– Proc. 0000240-38.2011.4.05.8306 (25ª VF Goiana/SJPE) R.4 – Penhora – Proc. 0012878-48.2016.4.05.8300 (33ª VF
Recife/SJPE) R.5 – Penhora – Proc. 0005295-90.2008.4.05.8300 (11ª VF Recife/SJPE) R.8 – Penhora – Proc. 0001440
-58.2016.5.06.0008 (8ª VT Recife/PE) R.17 – Penhora – Proc. 0000634-95.2017.5.06.0005 (5ª VT Recife/PE) R.18 –
Hipoteca Judiciária – Proc. 0000119-66.2017.5.06.0003 (3ª VT Recife/PE) R.30 – Penhora – Proc. 0000239-89.2019.5.
06.0181 (1ª VT Igarassu/PE) (processo em apígrafe) Indisponibilidades: Av.6 – 0000478-52.2017.5.13.0025 (8ª VT João
Pessoa/PB) Av.9 – 0001810-91.2016.5.13.0024 (5ª VT Campina Grande/PB) Av.14 – 0000168-03.2017.5.13.0007 (1
ª VT Campina Grande/PB) AV.15 – 0000394-08.2017.5.13.0007 (1ª VT Campina Grande/PB) Av.16 – 0000324-82.20
17.5.13.0009 (3ª VT Campina Grande/PB) Av.19 – 0001138-66.2018.8.17.2218 (2ª V. Cível Goiana/PE) Av.20 – 0001
853-45.2017.8.17.2218 (2ª V. Cível Goiana/PE) Av.21 – 0002742-28.2019.8.17.2218 (2ª V. Cível Goiana/PE) Av.23 –
0000121-75.2017.5.13.0024 (5ª VT Campina Grande/PB) Av.25 – 0000607-24.2017.5.06.0002 (2ª VT Recife/PE) Av.2
6 – 1000716-20.2020.5.02.0069 (69ª VT São Paulo/SP) Av.27 – 1000095-52.2018.5.02.0082 (82ª VT São Paulo/SP) A
v.29 – 0815911-72.2020.4.05.8300 (4ª VF Recife/SJPE) Av.32 – 0000868-20.2019.5.13.0003 (3ª VT João Pessoa/PB)
Av.33 – 0000012-67.2017.5.13.0022 (7ª VT João Pessoa/PB) Av.35 – 0001091-92.2018.8.17.2218 (1ª V. Cível Goiana/
PE) Av.36 – 0001916-31.2021.8.17.2218 (2ª V. Cível Goiana/PE) Av.37 – 0000358-57.2017.5.13.0009 (3ª VT Campin
a Grande/PB) Av.38 – 0000380-28.2019.5.06.0143 (3ª VT Jaboatão/PE) Av.41 – 1001598-62.2018.5.02.0086 (74ª VT
São Paulo/SP) Av.43 – 0000152-42.2022.5.06.0242 (2ª VT Nazaré da Mata/PE) Av.44 – 0000668-67.2015.5.05.0036 (36ª VT Salvador/BA) Av.45 – 1001564-17.2018.5.02.0056 (56ª VT São Paulo/SP) Constam, ainda, prenotações de man

dados/ofícios de penhora não registrados (protocolos nº 495.080, 502.066, 512.529, 516.117, 518.799, 522.968 e 530.239), todos tendo por objeto o imóvel desta matrícula. A penhora incidente sobre a matrícula nº 69.352 relativa a esta execução foi devidamente averbada no registro imobiliário. Localização do bem: Avenida Marquês de Olinda, nº 11, Bairro do Recife, Recife/PE – Edifício Nassau. Valor da Avaliação: R\$ 30.000.000,00 Data da avaliação: 09/09/2021, conforme Auto de Penhora e Avaliação juntado na carta precatória e posteriormente trasladado para os autos principais. Valor da Execução: R\$ 186.549,75 – Id. e70a169, atualizado em 04/09/2026 Fiel depositário (a): GERALDO JOÃO PEREIRA DOS SANTOS, CPF 010.190.474-61, OAB/PE 27.793, Diretor Executivo da ITAPESSOCA AGRO INDUSTRIAL S/A. Foi formalmente nomeado fiel depositário em diligência realizada em 09/09/2022, com Auto de Depósito Id. 5eb380e. Ressalva: Sobrevindo atualização do laudo de avaliação do bem e sendo esta homologada pelo Juízo, poderá o(a) Leiloeiro(a) Público(a) Oficial ser intimado(a) para ajustar o preço mínimo, hipótese em que os percentuais previstos neste edital passarão a ser calculados sobre o valor da avaliação atualizada, independentemente da publicação de novo Edital.

2. FASES DA ALIENAÇÃO e PERCENTUAIS DE PREÇO MÍNIMO: Serão realizadas Sessões on line sucessivas, com os seguintes parâmetros: a) 1ª SESSÃO, dia 08/10/2026, com fechamento às 13:20h: a partir do valor da avaliação; b) 2ª SESSÃO, dia 22/10/2026, com fechamento às 13:20h: a partir do valor equivalente a 60% da avaliação; c) 3ª SESSÃO, dia 05/11/2026, com fechamento às 13:20h: a partir do valor equivalente a 40% da avaliação; d) Em todas as Fases será oportunizado com transparência e igualdade de condições a participação dos (as) interessados (as) que tenham cadastro homologado e habilitado, conforme regramento contido no item 5. deste Edital. As propostas deverão ser realizadas até o horário estabelecido para fechamento de cada Sessão; e) As Sessões de Alienação Diretas supracitadas poderão ser realizadas com transmissão ao vivo, em tempo real, com início cerca de 15 a 20 minutos antes do horário final estabelecido, informando antes do fechamento as principais regras do certame e procedendo ao fechamento da Sessão on line, informando ao final do horário o valor da oferta vencedora, levando para os autos a última melhor proposta válida registrada até 13:20h do dia da respectiva Sessão. Obs.1: Qualquer proposta que tenha sido eventualmente registrada após o horário de fechamento da Sessão será desconsiderada e excluída do Sistema do Leiloeiro (a), que certificará como vencedora a proposta realizada apenas dentro do parâmetro temporal estabelecido neste Edital. Obs.2: Se ocorrer qualquer problema técnico na transmissão mencionada no item 2, e), não haverá prejuízo à validade do ato, podendo o fechamento do certame ocorrer exclusivamente por meios informáticos, sendo dispensada em caso de impossibilidade, a transmissão do vídeo e áudio do leiloeiro, uma vez que a disputa finda em hora marcada e considerando que os participantes tem a obrigação de conhecer todas as regras deste Edital. Obs.3: Considerar-se-á não vil o preço que respeite os percentuais mínimos estabelecidos neste Edital, sem prejuízo da análise do Juízo acerca das circunstâncias concretas do caso nos termos da Legislação aplicável à espécie, notadamente art. 891, do CPC.

3. AMPLA DIVULGAÇÃO, CONDIÇÕES DE VENDA, COMISSÃO DO (A) LEILOEIRO (A): a) Após a publicação deste Edital no Diário Eletrônico da Justiça, o (a) Leiloeiro (a) Oficial dará ampla publicidade à Alienação em seu site, e demais meios de ampla divulgação; b) As propostas ofertadas na Sessão de Alienação serão consideradas à vista, e devem ser pagas através de guia de depósito judicial; c) A comissão devida ao(à) Leiloeiro(a) Oficial é de 5% sobre o valor da alienação, e deve ser paga pelo (a) adquirente em guia de depósito judicial apartada, diversa da do lance/proposta. d) Eventuais propostas nos autos de oferta parcelada podem ser admissíveis em caso de bem (ns) imóvel (is), e deverão ser apresentadas nos termos do art. 895, do CPC, podendo ser apreciadas pelo Juízo, desde que não haja proposta à vista na Sessão de Alienação. A apresentação de proposta parcelada deve ser feita nos próprios autos e ser protocolada pelo (a) advogado (a) do (a) proponente antes da Sessão de Alienação Direta, observando o preço mínimo estabelecido para cada Fase de Compra. Se as propostas protocoladas nos autos forem de igual valor e igual quantidade de parcelas, terá preferência a que foi protocolada primeiro.

4. AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA, SUB-ROGAÇÃO NO PREÇO, BAIXAS E ISENÇÕES: a) A alienação por iniciativa particular é forma originária de aquisição da propriedade, equiparando-se em seus efeitos à alienação em Hasta Pública. Sendo assim o arrematante/adquirente ficará isento dos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados e Municípios e Distrito Federal, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa (art.130, parágrafo único do CTN). Assim como haverá a baixa de qualquer gravame em matrícula imobiliária, sem ônus ao (à) comprador (a), abrangendo penhoras, indisponibilidades, arrestos, averbações oriundas de outras ações, hipotecas e equivalentes. Cabe ao (à) adquirente, todavia, a responsabilidade de pagar os emolumentos cartoriais de transferência, e demais custos com regularização da área, como com desmembramentos, se for o caso, além do ITBI, como requisito para registro da Carta de Alienação, a ser expedida no momento processual oportuno. b) Eventuais débitos condominiais podem ser sub-rogados no preço, nos termos do art. 908 do CPC. Todavia, caso a sub-rogação não ocorra total ou parcialmente, após rateio e em razão do pagamento de créditos preferenciais, serão de responsabilidade do(a) adquirente os valores não sub-rogados, salvo provimento jurisdicional obtido em ação própria. Sendo assim o (a) interessado (a) deverá apurar o valor condominial devido junto à administração/Síndico. Este edital tem força de ofício em favor do (a) interessado (a) para esse fim. c) Em caso de veículos, serão baixados (as) por ordem do Juízo aos órgãos competentes as multas, licenciamento, IPVA, gravames e demais ônus que sejam anteriores a alienação, ou seja, o adquirente receberá o bem livre de ônus e gravames. d) Em caso de alienação fiduciária, se o entendimento do Juízo for o de penhorar os direitos do devedor fiduciante, a descrição do bem indicará e o saldo devedor deve estar indicado no Edital, para que o arrematante/adquirente possa ser responsabilizado na assunção da dívida do devedor fiduciante, sob pena de nulidade da venda. E caso o entendimento seja diverso, de não responsabilizar o comprador pela dívida, o saldo devedor não precisa constar do Edital, todavia a intimação do credor fiduciário deve ser observada para a eficácia do ato. e) Eventuais taxas judiciais ou tribu

tos que venham a incidir sobre a operação de alienação do bem, inclusive aqueles que venham a ser instituídos pela Reforma Tributária (IBS e CBS e outros), observarão a legislação vigente e, caso exigidos pelos entes competentes, serão suportados pelo adquirente, não havendo responsabilidade do Juízo, do exequente ou do leiloeiro.

5. CADASTRO E HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES: a) Para participar da alienação, o(a) proponente deverá estar cadastrado(a) e homologado(a) no site <https://leilaopernambuco.com.br/> e também em sistema do Tribunal, se existir e estiver ou vier a estar previsto em normas internas. b) O (A) licitante, caso já não possua cadastro previamente habilitado no site do (a) Leiloeiro (a) Oficial e do Tribunal, no prazo de pelo menos 48h antes do fechamento de cada Sessão da Alienação Judicial Direta, responsabilizando-se pela veracidade dos documentos anexados, e sob as penas da lei, sendo pessoa física, deverá fornecer cópias digitalizadas do CPF, RG, comprovante de residência, e comprovante de estado civil (certidão de nascimento, ou certidão de casamento, com ou sem averbação do divórcio ou separação, ou documento que comprove a união estável), e, se pessoa jurídica, contrato social ou equivalente e últimas alterações ou contrato consolidado, cartão CNPJ, RG, CPF e comprovante de residência do (s) representante (s) legal (is) da empresa; documentos estes que deverão ser anexados via sistema/site, quando do seu cadastramento no site do (a) Leiloeiro (a) Oficial. O login do (a) interessado (a) no site do (a) leiloeiro (a) só será liberado após a conferência da documentação acima mencionada. Liberação de cadastros realizados após esse prazo poderão ser atendidas até a data da Sessão a depender da disponibilidade do (a) Leiloeiro (a) e de sua equipe em conferir os documentos apresentados e liberar o login do (a) interessado (a). O (A) licitante só estará plenamente habilitado se também providenciar no mesmo prazo homologação perante o sistema de cadastro de licitantes do Tribunal, se existir. Uma vez feito o cadastro e estando este homologado, não há necessidade de novo cadastramento e homologação para as demais Sessões de Alienação que se seguirem, salvo se houver alteração em quaisquer dos sistemas de cadastramento que importem na necessidade de recadastramento ou caso supervenientemente o cadastro do (a) licitante precise ser revalidado em caso de pendência ou alteração. c) Na hipótese de inexistência ou descontinuidade de sistema de cadastro de licitantes do Tribunal ou em caso de se estabelecer em normas ou regulamentos a necessidade de cumprimento de outras exigências cadastrais, diversas das anteriormente estabelecidas, poderá o Leiloeiro, sempre que entender necessário, estabelecer a necessidade de habilitação prévia para a participação em cada Sessão de Alienação, para os fins de verificar a adequação do cadastro do licitante às exigências cadastrais vigentes ao tempo da realização de cada Sessão.

6. CERTIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E PRAZO DE PAGAMENTO: a) O(A) Leiloeiro(a) certificará nos autos o resultado de cada Sessão. Em caso de alienação positiva, e após a homologação judicial da proposta vencedora, o (a) Leiloeiro (a) enviará para a conta de e-mail cadastrada do (a) adquirente as guias de depósito judiciais referentes ao valor proposto e à comissão do(a) leiloeiro(a), tendo este (a) prazo de pagamento de 2 dias úteis após expedição das guias ou outro prazo que o Juízo fixar na decisão homologatória. b) O (a) Leiloeiro (a) também certificará nos autos acerca da segunda maior proposta que tenha sido ofertada, para os devidos fins.

7. FORMALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO: a) Conforme o art. 880, §2º, do CPC, a alienação será formalizada por Termo/Auto nos autos, com a assinatura do (a) juiz(a), do(a) exequente, do(a) adquirente e, se presente, do(a) executado(a). O termo será confeccionado com o auxílio do(a) Leiloeiro(a) Oficial, que assinará o documento e colherá as assinaturas do (a) adquirente, e do (s) exequente (s), podendo esta subscrição se dar através do (a) (s) advogado (a) (s) deste (s) e em seguida o remeterá à Vara, para que seja assinado pelo Juízo. b) Após a assinatura do Termo/Auto de Alienação, com as intimações de Estilo, e tendo decorrido o prazo legal de impugnação (art. 903, §2º, CPC), será expedida: CARTA DE ALIENAÇÃO e MANDADO DE IMISSÃO NA POSSE, nos casos de bem imóvel; ou MANDADO/ORDEN DE ENTREGA, nos casos de bem móvel.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: a) A venda deverá ser divulgada no sítio eletrônico do (a) Leiloeiro (a) Oficial, qual seja: <https://leilaopernambuco.com.br/>, e respeitada a publicidade de todos os atos inerentes à venda, gozando o (a) Leiloeiro (a) de fé de ofício no tocante à certificação das circunstâncias em que realizada, e devendo ser advertidos os (as) proponentes de que serão considerados, nesse procedimento, equiparados aos arrematantes para todos os fins de Direito; b) O prazo de publicação do Edital e intimações legais, conforme art. 889, do CPC, é de pelo menos 5 dias úteis de antecedência para a primeira Sessão de Alienação eletrônica designada; c) O arrematante/adquirente remisso ou inadimplente estará sujeito às penalidades legais (art. 897 CPC, art. 358, CP, e demais normas aplicáveis à espécie); d) Pelo presente, fica(m) desde logo INTIMADA(S) A(S) PARTE(S), NA(S) PESSOA(S) DE SEU(S) ADVOGADO(S), bem como demais interessados, credores e cônjuge do (a) executado (a), se houver, caso não seja(m) localizado(a)(s) para a intimação pessoal. Este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça e no sítio eletrônico mantido pelo (a) leiloeiro (a), em conformidade com a lei; e) Quaisquer dúvidas podem ser sanadas com o (a) Leiloeiro (a) e sua equipe pelos seguintes canais de comunicação: WhatsApp (81) 99707-0507/ 99680-0102 ou pelo e-mail contato@leilaopernambuco.com.br. Igarassu/PE, 08 de setembro de 2026 DADO E PASSADO nesta cidade de IGARASSU/PE-PE, em 09/09/2026. Documento emitido por GLORIA MARIA MARINHO LOPES, de ordem do(a) Juiz(a). IGARASSU/PE, 10 de setembro de 2026. GLORIA MARIA MARINHO LOPES Servidor Intimado(s) / Citado(s) - ITAPUI BARBALHENSE INDUSTRIA DE CIMENTOS S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL

De acordo com as disposições dos artigos 4º, §3º, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e 224 do Código de Processo Civil, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.



<https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/eNaPz7w65xlTkmKt8T9e5EJRBMJpDr/certidao>
Código da certidão: eNaPz7w65xlTkmKt8T9e5EJRBMJpDr